

## HOMOFOBIA INTERNALIZADA E COLONIALIDADE DE GÊNERO: AS TRAMAS COLONIAIS DE UMA RELAÇÃO

José da Silva Oliveira Neto <sup>5859</sup>

*Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Sexualidade Humana pelo Child Behavior Institute (CBI) of Miami. Especialista em Psicologia Clínica Histórico-Cultural pela Faculdade de Quixeramobim (UNIQU). Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).*

**RESUMO:** A modernidade-colonialidade configura mecanismos que mantêm e aprofundam relações de desigualdade social, dentre elas aquelas mantidas por uma assimetria de gênero, a qual afeta gays e lésbicas em suas relações sociais. A colonialidade de gênero é o mecanismo colonial que estabelece essas diferenças, expressando-se de diferentes formas, dentre elas a homofobia internalizada. Considerando essa problemática, este estudo objetivou aproximar duas categorias: colonialidade de gênero e homofobia internalizada, contribuindo para os avanços dos Estudos Decoloniais dentro do campo da sexualidade. Notou-se brotar uma capacidade heurística importante na aproximação dos dois conceitos, de modo que a homofobia internalizada opera como um braço do mecanismo da colonialidade de gênero, mantendo o status quo colonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonialidade. Colonialidade de gênero. Homofobia. Homofobia internalizada. Estudos Decoloniais.

**ABSTRACT:** Modernity-coloniality configures mechanisms that maintain and deepen relations of social inequality, among them those maintained by a gender asymmetry, which affects gays and lesbians in their social relations. Gender coloniality is the colonial mechanism that establishes these differences, expressing itself in different ways, among them internalized homophobia. Considering this problematic, this study aimed to bring together two categories: gender coloniality and internalized homophobia, contributing to the advances of Decolonial Studies within the field of sexuality. An important heuristic capacity emerged in the approximation of the two concepts, so that internalized homophobia operates as an arm of the mechanism of gender coloniality, maintaining the colonial status quo.

**KEYWORDS:** Coloniality. Coloniality of gender. Decolonial Studies. Homophobia. Internalized homophobia.

---

<sup>58</sup> Interesse nas áreas de Psicologia Social e Psicologia Comunitária, tendo como campo de estudo as diversidades sexuais, com enfoque para os estudos sobre as implicações psicossociais da homofobia, e esta conjugada a outros marcadores sociais, como pobreza e raça. Aprofundamentos nos estudos decoloniais em Psicologia e em Psicologia Histórico-Cultural. Atuação como psicólogo escolar e psicólogo clínico na abordagem Histórico-Cultural de L. S. Vigotski.

<sup>59</sup> Orientador. James Ferreira Moura Júnior

## INTRODUÇÃO

1492. Este é o ano apontado por Dussel (1993) como o marco para a mudança das relações sociais nas Américas e em todo mundo, uma vez que os processos de exploração e colonização dos povos não europeus se tornaram sistemáticos e foram estruturados como nova forma de acúmulo de poder; nesse momento, conforme o autor, a noção de outro foi estabelecida e fortalecida a fim de criar povos e corpos passíveis de exploração material, cultural e espiritual. A modernidade é inaugurada sob o genocídio e o etnocídio dos povos africanos, asiáticos e originários da América. Ela também é o período histórico em que o colonialismo se processou. Em seu interior, as relações de poder e as interações sociais são marcadas pela compreensão de que há pessoas cujas vidas têm mais valor (Spivak, 2010). Conforme aponta Dussel (1993), a criação do “outro” foi fundamental para que a violência a determinados grupos e povos fosse justificada, um exemplo disso foi a percepção de que os povos nativos da América do Sul e da América central não tinham alma, o que abriu caminho para as monarquias europeias escravizarem seus povos, exterminarem sua cultura e lhes violarem as mulheres e as crianças (Bosi e Capinha, 1992).

É necessário entendermos que a modernidade não é um tempo abstrato; ao contrário: ela corresponde ao percurso de processos de violação, extermínio e etnocídio fincados nos arranjos sócio-históricos. Cástro-Gomez (2005) chama de colonialismo histórico os processos de invasão, destruição e genocídio perpetrados pela Europa e pelos Estados Unidos da América (EUA) em relação aos territórios africanos, americanos e asiáticos ao longo dos anos compreendidos entre o século XVI e o século XX. Durante esse período, estes últimos territórios tiveram suas riquezas e bens naturais expropriados, além de terem visto serem dizimados seus rituais, formas de organização social e econômica, maneiras de desempenhar sua sexualidade, dentre outros aspectos particulares à sua cultura.

De acordo com Grosfoguel (2016), formas contemporâneas de discriminação e preconceito, tais como o racismo, foram geradas nesse cenário fértil das mais variadas formas de violência. O colonialismo histórico produziu feridas profundas em diversos setores da vida dos povos africanos, asiáticos e originários da América, dentre eles: economia, política, cultura, religião, sexualidade etc. (Cano, 1996; Champliau, 2008). Basta que lembremos episódios tais como a “Partilha da África” para que fiquem claros a hegemonia e o controle que Europa e EUA obtiveram em relação aos territórios localizados para além da metrópole (Traumann e Mendes, 2015). Kilomba (2020), inclusive, aponta para o fato de que ecos significativos do colonialismo histórico perduram até os

dias atuais, ainda que se apresentem sobre novas formas contextualizadas às demandas do capitalismo.

Maldonado-Torres (2019) chama os ecos e as implicações contemporâneas do colonialismo histórico de colonialidade. O autor discute que a colonialidade é a herança social das práticas primeiras de exploração colonial, é a sua estrutura em pleno funcionamento, a qual se expressa na forma de pensar, sentir e ser de cada indivíduo localizado nesse cenário de desigualdade social. Modernidade e colonialidade são dois lados de uma mesma moeda, de forma que não é possível falar de modernidade sem colonialidade e vice-versa. A modernidade-colonialidade<sup>60</sup> é a conjugação de fatores temporais e sócio-históricos de vituperação de vidas e povos, a qual instaura formas modernas de escravidão e de exploração. Há práticas de violação que se processam dentro desse recorte histórico de tempo, dentre elas a homofobia. Apesar de haver estudos que indicam a presença de práticas homofóbicas desde a antiguidade (Antunes, 2017; Borrillo, 2015), há evidências de que a homofobia ganhou novos contornos na modernidade (Green, 2018; Trevisan, 2018). Apoiados em Jesus (2015), entendemos homofobia como o conjunto de comportamentos, expressos em pensamentos, atitudes e emoções, ligados à raiva, ao medo e à aversão a pessoas que se relacionam sexual e/ou afetivamente com pessoas do mesmo gênero com o qual se identificam. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que a compreensão sobre homofobia não pode estar alicerçada em um psicologismo, ou seja, como um processo irracional interno que acomete algumas pessoas e que não tem causa explícita.

Estudos (Borrillo, 2015; Perucchi e Corrêa, 2013; Perucchi, Brandão e Vieira, 2014; Moura e Emérito, 2011) sugerem que a homofobia é um problema psicossocial, tendo suas raízes e explicações nas leis sócio-históricas do desenvolvimento humano. Assim, a homofobia é um fenômeno histórico e social que se processa na dinâmica das instituições e da cultura. De acordo com Borrillo (2015), a homofobia funciona como um vigilante das relações sociais de gênero e de sexualidade, de modo que seu objetivo é não permitir que expressões dissonantes com a norma social se expressem livremente. A homofobia é um elemento estruturante da vida social (Antunes, 2017) e se apresenta também sob um formato interiorizado, a homofobia internalizada, a qual, como revelam estudos (Pereira e Leal, 2002; 2005), tem impactos negativos sobre a saúde mental dos seres humanos.

---

<sup>60</sup> Para efeitos de alinhamento e de economia textual, neste estudo, a partir de então, o termo colonialidade será utilizado como sinônimo da expressão colonialidade-modernidade. Amparados nas discussões expressas na literatura de base sobre o tema (BALLESTRIN, 2013; SANTOS, 2019; MALDONADO-TORRES, 2019), também nos utilizaremos desse recurso de economia textual.

## MÉTODO

Este estudo é de natureza teórico-bibliográfica, uma vez que sua preocupação não foi a de examinar uma relação empírica, mas uma possibilidade de aproximação teórica entre duas categorias, a saber: colonialidade de gênero e homofobia internalizada. Para isso, contamos com a literatura de base acerca das categorias supracitadas. De acordo com Creswell (2014), a pesquisa teórico-bibliográfica permite ao pesquisador a construção de novas relações teóricas, as quais poderão servir não só para a reflexão sobre um dado problema ou questão, mas que também poderão alimentar novos olhares em pesquisas empíricas, podendo suas contribuições se tornarem lentes de interpretação da realidade. De forma mais específica, utilizamos a Revisão Narrativa de Literatura (RNL) como caminho dentro do processo de apropriação da literatura de base acerca das temáticas indicadas. A RNL é uma técnica que consiste na seleção do material teórico-bibliográfico em conformidade com o processo de descoberta e apropriação das leituras por parte do pesquisador, o que revela a aproximação pessoal do pesquisador de uma temática específica, por isso narrativa (Rother, 2007). Por fim, este estudo se insere dentro do campo de reflexões dos Estudos Decoloniais, os quais dizem respeito ao conjunto de contribuições teórico-práticas das ciências sociais que objetivam o desmantelamento das relações herdadas do colonialismo histórico e manifestas na colonialidade (Mignolo, 2005; Santos, 2019).

## O GÊNERO COMO UMA INVENÇÃO SOCIAL COLONIAL

Conforme Quijano (2020), a colonialidade do poder institui a polarização das nações entre norte e sul. Quanto a essa divisão, Castro-Gómez (2005) nos lembra de que não se trata de uma mera divisão geográfica dos países entre hemisférios, mas de uma categorização geopolítica. Nesse fluxo de compreensão, Grosfoguel (2016) contribui relevando existir um projeto de domínio que se estende sobre as formas de saber e de conhecer as pessoas, a realidade e as relações entre elas; é o que autor chama de colonialidade do saber. Podemos compreendê-la como a força da colonialidade que classifica e define aquilo que é válido como saber e conhecimento. De acordo com Lander *et al* (2005), existem formas específicas de conhecimento as quais são negligenciadas e marginalizadas ao longo da história da humanidade. Silva, Baltar e Lourenço (2018) discutem que a marginalização desses saberes se dá via processo de racionalização do conhecimento e no positivismo, os quais são as âncoras desse processo de estigmatização. Nesse sentido, Santos (2019) denuncia que os saberes dos povos não ocidentais foram exotizados e marginalizados em detrimento do conhecimento

racional do norte global. Há também outro enraizamento da colonialidade, a saber: a colonialidade do ser. Esta se define como a hierarquização das formas de vida e de existência, o que quer dizer que há uma régua que valora as vidas que têm valor e aquelas que não o tem (Zizek, 2013). Nessa equação, as vidas que valem menos ou que nada valem são puníveis, marginalizáveis e matáveis.

São múltiplos os processos de desigualdade social que se desdobram na colonialidade, dentre eles aqueles que dizem respeito à construção e à percepção social do gênero, o qual, dentro dos limites da experiência colonial, tornou-se orientado pela compreensão de que existem estereótipos de sexualidade-gênero que devem ser seguidas por homens e mulheres (Lugones, 2014). Scott (1995) define gênero como toda e qualquer performance humana ligada às representações sociais de masculino e de feminino. De acordo com a autora, masculino e feminino são, respectivamente, ligados à experiência de ser homem e de ser mulher. Devemos notar, entretanto, que, apesar de o gênero ser uma lente para leitura social, ele mesmo é uma construção social, ou melhor, uma invenção social. De acordo com Lugones (2014) são muitos os riscos assumidos quando naturalizamos a experiência social com o gênero, podendo promover uma essencialização e naturalização dos comportamentos impostos a homens e mulheres dentro da dinâmica moderno-colonial. Em consonância com essa discussão, Castanho (2013) nos lembra de que, às vezes, há pessoas que se expressam nessa dinâmica de gênero de forma disruptiva, desadequada às expectativas coloniais. Gênero diz respeito a um espectro de expressões (Oliveira-Neto *et al*, 2018).

Jesus (2015) define sexualidade como a experiência de atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero com o qual alguém se identifica (homossexualidade), por pessoas do gênero diferente do qual alguém se identifica (heterossexualidade) ou ainda por pessoas de ambos os gêneros (bissexualidade). Como assinalado anteriormente, existe uma expectativa social de que meninos e meninas sejam heterossexuais, devendo ainda serem homens heterossexuais masculinos e mulheres sexuais femininas. Chamamos de genderização da sexualidade o processo pelo qual sexualidade e gênero são associados estreitamente na dinâmica moderno-colonial. Louro (2014) nos lembra de que é inevitável falarmos sobre gênero e sexualidade quando o assunto é a experiência humana, porque gênero e sexualidade são elementos que constituem a experiência de homens e mulheres. Ademais, como explica Lugones (2020), é necessário que tenhamos essa construção social do gênero e da sexualidade em vista para que práticas para além dos limites impostos pelas colonialidades sejam construídas.

Santos (2019) destaca haver alguns operadores sociais que garantem junto ao colonialismo-colonialidade, a manutenção das barreiras de gênero e de sexualidade. O autor expõe que capitalismo e patriarcado atuam em conjunto com a colonialidade para que haja uma lógica heterossexual e masculina a ser seguida na colonialidade. Sobre essa relação, Engels (2012) explica que o patriarcado se une ao capitalismo para o fomento da noção de propriedade privada e família, o que influencia toda a nova dinâmica de individualismo criada. Assim, colonialismo-capitalismo-patriarcado expressam a tríade que controla a experiência social de gênero. Enquanto a colonialidade é o período histórico fruto da exploração colonial, o capitalismo é a máquina que executa a exploração no âmbito das relações de trabalho, e o patriarcado, por sua vez, a expressão de formas de gestão focadas na comunidade para a centralização na figura do homem, o sistema que garante que homens masculinos dominem sobre mulheres femininas (Santos, 2019).

De acordo com Lugones (2020), a referência de sucesso na colonialidade é o homem branco, heterossexual, masculino e europeu. Engels (2012) discute que a experiência social de gênero e de sexualidade tem na família patriarcal sua célula-máter, ou seja, seu núcleo de força e referência. Conforme o autor, a organização da família passou por profundas transformações tendo em vista a exigência de, no capitalismo, a noção de propriedade privada reger as relações interpessoais e a relação das pessoas com os recursos materiais. O autor explica que a família nuclear heterossexual – composta por um homem, o patriarca, uma mulher e filhos – é expressão da propriedade privada e o bem mais precioso dentro do capitalismo. Nesse esteio de compreensão, Schwarcz (2019) expõe que o capitalismo é um sistema de imperativos os mais variados: ideológicos, políticos, econômicos etc., estabelecendo formas autoritárias de relacionamento social; nesse cenário, destacamos a moratória de gênero e sexualidade.

Entretanto, precisamos perceber que nem sempre as coisas foram organizadas a partir de noções fixas de gênero, sexualidade e família. Como apontam alguns estudos (Ariès, 1981; Canzi, 2019; Galano, 2006), houve outros modelos de família, como também de relações de gênero e sexualidade. Engels (2012), por exemplo, discute que a ideia de família nuclear é moderna. Assim, a institucionalização da família nuclear heterossexual corresponde às expectativas da invenção social do gênero, uma vez que pensar essa configuração familiar como norma é repartir e atribuir papéis de gênero mais rígidos aos pares familiares, o que, por sua vez, alimenta e constrói as expectativas sociais de gênero, inclusive aquelas que tocam na dimensão da sexualidade humana (Oliveira, 2011). De acordo com Bento (2012), a família heterossexual possui razões históricas para existir enquanto padrão social, e tais motivos se relacionam com os jogos de poder, domínio e exploração

que se processam na modernidade-colonialidade. Como exposto anteriormente, Lugones (2020) afirma que, na colonialidade, o sujeito revestido de racionalidade e equilíbrio é o homem branco, europeu, masculino e heterossexual.

Chamamos de heteronormatividade a ideologia que prega a superioridade da heterossexualidade em relação às demais expressões da sexualidade humana, como a homossexualidade, por exemplo (Jesus, 2015). Nascimento (2010) discute que a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade como o único caminho saudável e correto para a expressão da sexualidade, e tal expressão deve ainda estar conformada a expectativas de gênero rígidas relacionadas à masculinidade e à feminilidade. Dessa forma, estudos apontam que pessoas que não se encaixam nessas correspondências estão mais expostas a situações de violência e de vulnerabilização, o que pode impactar significativamente a maneira como tal pessoa se vê, se relaciona com os outros e com o mundo ao seu redor (Baker, 2013).

Caminhando nessa compreensão, a colonialidade possui um mecanismo de opressão-dominância ligado ao gênero. Ancorados em Segato (1998), entendemos por colonialidade de gênero a disposição desigual dos corpos nos termos das expectativas de gênero (masculino e feminino), o que acarreta profundas desigualdades sociais entre corpos normativos e não normativos. Lugones (2020) exemplifica que a experiência de mulheres em todo o mundo é refratada a partir das lentes da colonialidade de gênero, colocando-as em desvantagem, por exemplo, na busca por oportunidades de trabalho, além de terem sua autonomia social tolhida.

A colonialidade de gênero é a força da colonialidade que garante a manutenção das assimetrias entre os eixos do masculino e do feminino, estruturando também imbricamentos rígidos de gênero e sexualidade (Segato, 1998). Ela tem na heteronormatividade uma das arborizações do seu funcionamento. Para que haja uma norma menos flexível das performances de gênero, é necessário haver um esquema de cobranças relacionados a como as pessoas executam e performam sua sexualidade. De acordo com Sousa (2018), a heteronormatividade se apresenta como violência de gênero dentro das tramas coloniais modernas, empobrecendo a experiência social das pessoas que não atendem às expectativas de gênero estabelecidas. Saffioti (2015) explica que a desigualdade de gênero produz feridas emocionais profundas, muitas destas, por vezes, irreparáveis, constituindo-se, assim, em elementos importantes da dinâmica subjetiva da pessoa em questão. Pensar sobre colonialidade de gênero implica necessariamente refletir acerca de suas implicações psicossociais sobre os sujeitos subalternizados na relação binarizada masculino-feminino, em que o

masculino é colocado como superior ao feminino. Nesse sentido, importa que estratégias decoloniais teórico-práticas sejam produzidas frente aos rebatimentos da colonialidade de gênero.

É notória, entretanto, a escassez de produção sobre a temática da sexualidade dentro da perspectiva das relações coloniais (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019; Lugones, 2014; 2020). Quando pensamos em formas específicas da violência de gênero, tais como a homofobia, conseguimos mensurar seus impactos negativos sobre o comportamento humano (Antunes, 2017; Borrillo, 2015; Castanho, 2013). A homofobia é um problema de carácter social (Carroll e Mendos, 2017; Grupo Gay da Bahia, 2020), o qual desorganiza a vida das pessoas dentro do sistema moderno-colonial. Nessa equação, gays e lésbicas são alvos diretos desse tipo de produção de violência, tendo que lidar com os múltiplos rebatimentos da violência homofóbica sobre suas vidas, inclusive com o seu formato interiorizado, a homofobia internalizada. Tendo sido compreendido que o gênero é uma invenção moderno-colonial e que sua sistematização guarda uma profunda relação com a homofobia, passamos à compreensão da relação entre colonialidade de gênero e homofobia internalizada.

### **COLONIALIDADE DE GÊNERO E HOMOFOBIA INTERNALIZADA: UMA RELAÇÃO NÃO TÃO EXPLORADA, MAS MUITO ANTIGA**

Gays e lésbicas sofrem esquemas muito violentos na modernidade (Almeida Neto, 2003; Carrara e Viana, 2004; Siqueira *et al*, 2009). Frente a essa questão, perguntamo-nos por que os Estudos Decoloniais não se interessam pela construção de narrativas decolonizantes da experiência de gays e lésbicas? Percebemos haver um olhar heteronormativo no seio dos Estudos Decoloniais, o qual pode se dever ao desinteresse pela temática tendo em vista que a produção acadêmica é majoritariamente heterossexual ou ainda à falta de sensibilidade para a questão tendo em vista a percepção de que esse problema não os(as) atravessa.

As questões gays e lésbicas tiveram maior visibilidade a partir das décadas de 70 e 80 com o advento da epidemia de HIV/AIDS (Sobrinho e Curtolo, 2020; Szwarcwald e Castilho, 2011). Antes disso, as discussões que eram feitas em torno da questão se pautavam em categorias nosológicas que patologizavam as experiências homossexuais (Antunes, 2017; Borrillo, 2015). Antunes (2017) destaca, por exemplo, que houve um árduo caminho até a despatologização e a retirada da homossexualidade dos manuais diagnósticos que orientavam a conduta de psiquiatras e psicólogos, de maneira que a homossexualidade só foi desincorporada desses manuais em 1990.



A homofobia é um fenômeno social multifacetado. Borrillo (2015) a define como o conjunto de pensamentos e sentimentos de ódio, medo e aversão a pessoas que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com pessoas do mesmo gênero com o qual se identificam, de maneira que o homofóbico é aquele que desenvolve pensamentos e sentimentos irracionais por tais indivíduos. Alguns autores discutem que a homofobia (Costa, Bandeira e Nardi, 2015; Costa e Nardi, 2015) pode se expressar internamente ou externamente. Em culturas nas quais há o desincentivo a comportamentos de agressão e violência, a homofobia costuma ficar reclusa à sua forma interna ou implícita (pensamentos e sentimentos, por exemplo).

A homofobia é ainda um componente estruturante das relações sociais modernas, devendo ser encarada como um aspecto presente na dinâmica subjetiva do sujeito moderno (ADAID, 2016). É o que chamamos de homofobia estrutural. Por esse termo, compreendemos a presença da homofobia como um fator mediador das relações sociais. Assim, o sujeito moderno aprende a ser homofóbico ao longo da sua vida, podendo desenvolver níveis mais ou menos elevados de homofobia. Alguns estudos (Borges e Meyer, 2008; Natarelli *et al*, 2015) apontam, por exemplo, que contextos mais ricos em termos de diversidade sexual costumam atuar como fator protetivo para a presença de comportamentos homofóbicos.

Entendemos por homofobia internalizada as parcelas de violência homofóbica das quais nos apropriamos no trato social, fazendo-as nossas (Antunes, 2017). Pereira e Leal (2002; 2005) especificam que a homofobia internalizada prejudica a imagem que o indivíduo homossexual tem de si mesmo, uma vez que à sua identidade é incorporado o estigma social ligado ao feminino e à homossexualidade. Nessa equação, ser homossexual é uma experiência de subalternização, pela qual não se deve nutrir orgulho, mas vergonha (Takakura, 2016). A literatura (Borges, 2009; 2013) indica que o desenvolvimento da identidade gay e lésbica é mediado por esses fatores, o que contribui, por exemplo, para o adoecimento mental.

Sobre esse aspecto, Vigotski (1994) chama de internalização a experiência psíquica de apropriação da realidade que se processa no contato da pessoa com o meio, o que significa que não existe sensação, pensamento ou comportamento que, antes de ser uma realidade interna (intrapsicológica), não tenha sido externa, do campo das relações sociais (interpsicológica). Dessa forma, assim como o nosso psiquismo é forjado nessa relação, as aprendizagens ligadas à homofobia também acontecem mediadas pelo nosso contato com o outro e com a cultura. Em outro momento, o autor (Vigotski, 2008) nos lembra de que nossa experiência é marcada pela

história da cultura onde estamos inseridos, implicando em comportamentos e formas de ser particulares. Autores contemporâneos (Andrêo *et al*, 2016; Welzer-Lang, 2001) corroboram com o entendimento de que práticas de agressão, como a homofobia, são ensinadas, tratando-se de uma experiência de socialização, enfraquecendo a noção de que a homofobia se trata de um ódio patológico localizado estritamente no sujeito (Junqueira, 2007). Nesse sentido, a homofobia internalizada é um processo psicossocial, ou seja, cuja história se relaciona com a própria história social da homofobia.

De acordo com Santos (2013), três foram as instituições que contribuíram para as construções estigmatizadas em torno da homossexualidade, a saber: a Igreja, a Medicina e o Direito. Concordando com essa exposição, Borrillo (2015) descreve que nem sempre homossexuais, gays e lésbicas, foram discriminados ao longo da história. O autor revela algumas experiências interessantes, tais como a dos romanos e dos gregos. No caso daqueles, acreditava-se que o amor entre homens fortalecia e aprimorava as habilidades de batalha; assim, para que seu exército tivesse o máximo de desempenho, os amantes eram postos para lutar um ao lado do outro. No caso dos gregos, por sua vez, o amor por pessoas do mesmo sexo era veiculado como a expressão plena do afeto e do erótico, sendo atribuída ao sexo heterossexual o dever da procriação (Antunes, 2017; Corino, 2006; Fernandes, 2014).

Borrillo (2015) afirma que é com o advento do estabelecimento do cristianismo como norma durante o império romano que a homossexualidade ganha contornos de discriminação e preconceito. A literatura (Ceccarelli, 2008; Mesquita e Perucchi, 2016) endossa o fato de que, antes dessa experiência, a homossexualidade costumava ser interpretada como mais uma variante da sexualidade humana, sendo, em algumas tribos e alguns povos, encarada até como inspiração do divino (Fernandes, 2015; 2016). Green (2019) comenta que o cristianismo tem na sua base uma forte ideologia heteronormativa, relegando a toda e qualquer expressão da sexualidade para além da heterossexualidade um carácter de marginalização e de subalternidade. Borrillo (2015) reforça esse fato ao explicar que uma verdadeira caça às bruxas passou a ser travada contra homossexuais a partir do estabelecimento do cristianismo como religião oficial de Roma.

A Medicina também teve um papel importante na construção da homofobia tal qual a conhecemos hoje (Canguçu-Campinho, 2009; Moita, 2006). De acordo com Marques (2014), o saber médico estruturou a ideia de que existem algumas experiências em sexualidade que não são naturais, inscrevendo-as no campo das patologias e das perversões sexuais. Antunes (2017) mostra

como a homossexualidade foi definida por muito tempo pelos conhecimentos médicos como uma patologia, expressão da anormalidade e conduta sexual inadequada. Além de reforçar os estereótipos da homossexualidade como desvio da conduta sexual saudável e adequada, a Medicina constrói categorias nosológicas que capturam a homossexualidade como transtornos e inadequações (Dametto e Schmidt, 2015; Silva *et al*, 2021).

Por sua vez, o Direito atuou no processo de criminalização das experiências homossexuais, classificando-as como crime, vadiagem e sinônimo de uma vida aquém dos limites legais (Green, 2018). De acordo com Trevisan (2018), por exemplo, no Brasil, até meados do século XX, expressões públicas de afeto entre pessoas de um mesmo gênero poderiam implicar em prisão e encarceramento. Em consonância com o autor, Borrillo (2015) descreve que a experiência civil de homossexuais em todo o mundo é mediada, com maior ou menor força, pela noção de crime, de modo que, mesmo quando as experiências gays e lésbicas são cobertas pelas legislações locais, a noção de vadiagem e crime paira sobre o imaginário social quando pensamos sobre a homossexualidade (Moraes, 2017; Pretes e Vianna, 2008). Ademais, como bem aponta Green (2019), gays e lésbicas precisaram descobrir sua afetividade e sua sexualidade em guetos urbanos ou rurais, tendo em vista o pouquíssimo ou quase nenhum apoio às expressões afetivo-sexuais não heterossexuais.

Tais campos do saber forjaram a organização da experiência social que temos hoje com o conceito de homossexualidade. Antunes (2017) discute que a construção do estigma em torno de gays e lésbicas contribui para a produção da internalização da homofobia por parte de homossexuais. O autor define como homofobia internalizada o conjunto de sensações e pensamentos depreciativos e estigmatizantes acerca da homossexualidade que absorvemos nas relações que desempenhamos socialmente, de maneira que tais processos reordenam a forma como enxergamos a nós, os outros e o mundo. Entretanto, devemos nos lembrar de que, tendo em vista seu carácter estrutural, a homofobia está disposta para todos. Assim, não só homossexuais como também heterossexuais, internalizarão componentes homofóbicos, havendo, todavia, efeitos diferentes sobre cada um desses públicos (Hardin, 2000; Isay, 1998).

Entendendo que a homofobia internalizada tem implicações significativas sobre a saúde mental de gays e lésbicas (Antunes, 2017; Pereira e Leal, 2002; 2005), apontam que esse fenômeno cumpre uma função reguladora dentro da colonialidade-modernidade, sendo expressão também da colonialidade de gênero. Já entendemos que o ocidente moderno é homofóbico (Davi, 2005) e que a

homofobia é um dos pilares do funcionamento da colonialidade de gênero, articulando-se também com os alvejamentos produzidos pelas colonialidades do poder, do saber e do ser, o que produz o alocamento de gays e lésbicas à margem da vida social. Ademais, também compreendemos que a homofobia tem expressões públicas e privadas, externas e internas. Nesse sentido, a homofobia internalizada é, por sua vez, uma expressão privada da homofobia, atuando sobre a maneira como as pessoas (homossexuais ou não) pensam, sentem e se comportam em relação à homossexualidade.

Precisamos caminhar no sentido de entender que, além de a homofobia garantir que as relações sociais públicas sejam atravessadas por elementos de discriminação e preconceito (Mott, 2015), ela também cumpre o objetivo de estruturar as subjetividades, os discursos, os pensamentos e as emoções. Unger (2018) afirma que a colonialidade é um aspecto presente na conformação das subjetividades modernas, conduzindo ao estreitamento do pensamento ligado à libertação e à emancipação. Cerqueira-Santos *et al* (2016) apontam para as consequências psicossociais da homofobia internalizada, evidenciando o desmantelamento integral que esse processo produz.

Entendemos que a homofobia internalizada é uma expressão necessária dentro da colonialidade, uma vez que é do interesse das práticas de colonização o domínio sobre as formas de pensar bem como conhecer a realidade. Para melhor visualização dessa relação, basta que retomemos o exemplo da construção da família nuclear heterossexual. Na fixação da família heterossexual como norma, reforça-se a supremacia do grupo colonizador, o qual tem sua expressão e identificação máximas no homem branco, heterossexual, masculino e europeu, como bem descrevem Rea e Amâncio (2018). Dessa forma, esquemas de pensamento e sensação que implicam estigma em torno da homossexualidade contribuem para a conformação dos corpos nesse modelo de relação afetivo-sexual (Alves *et al*, 2017; Moura e Emérito, 2011; Perucchi, Brandão e Vieira, 2014).

A homofobia internalizada, nesse cenário, passa a atuar como um regulador e um mediador da conduta e do comportamento humanos, comportamentos públicos e privados, os quais podem ser reais preditores de atitudes mais ou menos abertas frente à homossexualidade. Por hora, é importante nos aprofundarmos nos efeitos da homofobia internalizada sobre o comportamento humano, entendendo a quem esses efeitos beneficiam. A colonialidade atua na forma como os corpos estão dispostos nas relações sociais, de modo que, como já apontamos outrora, alguns corpos são legitimados em detrimento de outros; assim, algumas existências importam, outras não (Zizek, 2013). Nessa dinâmica, elementos de violência, como a homofobia internalizada, são nutridos

socialmente para que o sujeito subalternizado acredite profundamente em cada uma das mensagens negativas com as quais teve contato ao longo da vida e as quais internalizou, fazendo-as suas, incorporando-as à dinâmica da sua identidade. O comportamento que expressamos passa, assim, a ser resposta à norma da colonialidade do ser.

O comportamento não pode ser visto nem entendido como uma expressão abstrata da vida humana, mas como um desdobramento de uma série de fatores psicossociais que se conjugam na história de vida de uma dada pessoa e da cultura em que está inserida. Nesse sentido, Vigotski e Luria (1996) nos lembram de que o comportamento se expressa em alguns níveis de organização, os quais são denominados planos genéticos. De acordo com Leontiev (1978) são quatro os planos genéticos (no sentido de gênese) que constituem o comportamento, a saber: filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese. A filogênese diz respeito à herança anátomo-fisiológica que herdamos como espécie, o que nos garante algumas habilidades, como a pré-disposição para a fala, por exemplo. A ontogênese, por sua vez, conecta-se com o ciclo vital de cada ser vivo, durante o qual são feitos registros mecânicos da realidade, o que nos garante uma série de reações reflexas, como querer fugir ao avistar um predador. Ademais, o autor explica que a sociogênese também influencia nosso comportamento, sendo ela a história da cultura em que estamos inseridos, a qual pode ser perpassada por vários elementos históricos, inclusive a homofobia. Por fim, a microgênese está relacionada com o que é propriamente do humano, com a atribuição de sentido sobre a experiência, que se expressa no encontro dos aspectos filogenéticos, ontogenéticos e sociogenéticos.

Pensar o papel que a homofobia internalizada cumpre dentro da colonialidade e, especificamente, em sua relação com a colonialidade de gênero, é entender que o processo sociogenético, em seus fluxos e influxos, promoveu o fomento de representações e noções homofóbicas acerca das expressões de sexualidade e de gênero que não se encaixam na matriz heterossexual e masculina. Assim, a homofobia internalizada é um aguilhão da colonialidade de gênero, atuando na conformação dos corpos, das existências e das possibilidades de igualdade no tecido social. Entender a homofobia como um comportamento é levar em consideração a multideterminação desse fenômeno, compreendendo como cada um desses níveis genéticos contribuem para a sua expressão. Estudos contemporâneos (Davi, 2005; Koehler, 2013; Lasaitis, 2009) confirmam esse ponto de vista ao relatarem a diferente expressão da homofobia a depender dos múltiplos fatores que afetam o comportamento.

Como bem vimos, a colonialidade do ser tem profundas implicações sobre a forma como nos organizamos no tecido social, ela está articulada com processos de violência que se expressam

em cada um dos seres humanos (Zizek, 2013). Quando pensamos na temática do comportamento, também não podemos deixar de notar que a maneira como nossos corpos se comportam está perpassada pelas implicações psicossociais da colonialidade do ser. Já vimos que cognição e afetividade estão imbricadas uma na outra e que essa relação reverbera sobre a forma como nos relacionamos (Vigotski, 2008). Nesse sentido, Unger (2018) mostra como a colonialidade se arboriza na maneira como pensamos, sentimos e nos comportamos; essa relação é o cenário de docilização dos nossos comportamentos, a fim de que estes também correspondam às expectativas normativas da colonialidade.

Assim como nós nos constituímos socialmente (não podemos ser pensados fora da nossa relação com os elementos sócio-históricos), o comportamento também deve ser visto assim. Cavazza (2008), no que diz respeito à expressão do comportamento, explica que ele pode incorrer basicamente de duas formas, uma forma explícita e uma implícita. Os comportamentos explícitos são aqueles que são observáveis, podendo ser desde uma mensagem verbal até uma ação frente a alguém ou a algum contexto. Os comportamentos implícitos, por sua vez, são aqueles do campo do privado, os quais se processam na dinâmica intrapsicológica da pessoa, podendo ser pensamentos ou sentimentos não compartilhados, por exemplo. Outros estudos que tratam sobre essa caracterização são (Costa e Nardi, 2015; Faria, 2011; Gomes e Serôdio, 2014; Marinho et al, 2004).

Nesse cenário, as atitudes são tendências comportamentais que se expressam em uma avaliação favorável ou desfavorável em relação a uma pessoa ou a uma entidade. (Cavazza, 2008). Costa e Nardi (2015) revelam haver especificamente atitudes negativas face à homossexualidade. Os autores chamam atenção ainda para o fato de que as atitudes são crivos avaliativos, podendo incorrer em uma avaliação positiva ou negativa. Dessa forma, nosso comportamento se perfaz em atitudes as quais são a síntese de fatores biológicos, ontogenéticos e sociais. Algumas expressões do comportamento humano são, sobretudo, significativas para compreendemos o efeito da homofobia internalizada sobre as pessoas. De acordo com Vigotski (2008), o pensamento é uma função psicológica que irriga toda nossa vida subjetiva, coordenando e ordenando os conceitos que formamos na nossa vivência com o mundo. O pensamento não é abstrato, mas está localizado nas relações de ensino-aprendizagem da cultura, podendo ter mais ou menos qualidade a depender do tipo de relação que estabelecemos com nossos pares ou contextos. De acordo com o autor (Vigotski, 2008), não existe pensamento que esteja separado das emoções. Vigotski (2004b) explica que as emoções têm o papel de integrar a vida psíquica, dando-lhe tonalidades singulares, contribuindo para a construção de sentidos por cada pessoa.

Nesse sentido, a homofobia internalizada é uma expressão do comportamento humano que pode se expressar de forma implícita ou explícita, de modo que as atitudes, os pensamentos e as emoções da pessoa são mediados por elementos estigmatizantes da homossexualidade, o que implica em comportamentos de risco para a saúde. Já compreendemos que a homofobia internalizada tem efeitos diferentes sobre a vivência de heterossexuais e homossexuais; passamos, assim, a um entendimento mais aprofundado das idiosincrasias da sua manifestação em gays, lésbicas e heterossexuais. Estudos (Antônio, 2012; Santos e Silva, 2017; Nigro e Baract, 2018) indicam que pessoas heterossexuais, apesar de não costumar serem vítimas das atitudes orientadas pela homofobia internalizada, sofrem prejuízos significativos na internalização desse componente da violência. Um exemplo é o estudo realizado por Antônio *et al* (2012) com adolescentes portugueses. Os autores aplicaram instrumentos de mensuração da homofobia internalizada e relacionaram os índices ao desempenho acadêmico dos alunos homossexuais e heterossexuais, descobrindo que alunos heterossexuais violadores tendiam a ter um desempenho acadêmico inferior aos alunos heterossexuais com habilidades para o reconhecimento e respeito das diferenças sexuais.

A homofobia internalizada é expressão e mecanismo da colonialidade de gênero. Esta configura um prisma de avaliação sobre a experiência de gênero na colonialidade moderna, de modo que corpos masculinos passam a ser mais válidos do que femininos, sendo estes últimos relegados ao status de subalternos (Lugones, 2020). Nesse esteio de compreensão, ancorados em Lugones (2014), entendemos que a homofobia internalizada atua na manutenção e no aprofundamento das feridas de gênero com as quais gays e lésbicas são feridos na sua experiência social em um contexto heteronormativo, internalizando padrões autodepreciativos.

Cabe lembrar, como apontou Vigotski (1994), que a internalização não é um movimento de apreensão somente de aspectos cognitivos, mas de fatores também emocionais; assim, pessoas heterossexuais aprendem a desenvolver a sua identidade a partir da violência homofóbica, o que contribui para uma compreensão inadequada de si e da relação com o outro. No campo das relações interpessoais, há indícios de que o processo de subjetivação na violência homofóbica tem trazido efeitos deletérios sobre as relações conjugais heterossexuais. Ademais, é importante que lembremos que pessoas heterossexuais que não performam o gênero tradicionalmente também podem ser vítimas de investidas diretas da homofobia e da homofobia internalizada (Carrara e Saggese, 2011; Takakura, 2016; Welzer-Lang, 2001).

A colonialidade provocou e provoca profundas transformações na experiência de vida de pessoas subalternas em todo o mundo (Spivak, 2010), como gays e lésbicas, por exemplo. Reconhecemos, assim, a existência de limites para a vivência integral de homossexuais dentro dos marcos da colonialidade moderna, no sentido, por exemplo, de que se instaura um universo simbólico de significados e sentidos despotencializadores sobre a homossexualidade, afetando a experiência de gays e lésbicas. A internalização da homofobia é uma expressão do desmantelamento ao qual pessoas heterossexuais, bissexuais e homossexuais estão expostas no mundo colonial-moderno, o que implica em prejuízos os mais variados em sua dinâmica de vida.

Trata-se, assim, de um desmantelamento integral da vivência de gays e lésbicas na modernidade-colonialidade. A homofobia é uma ferramenta estratégica e violenta da colonialidade de gênero. Aquela possui ainda, para além da sua manifestação pública, uma manifestação interna, a homofobia internalizada, que, por sua vez, atua como um vigilante constante das fronteiras de gênero e sexualidade, garantindo que os padrões da colônia se mantenham atualizados no indivíduo. Precisamos entender que a orquestração desses padrões de pensamento, atitude e emoções minam internamente a capacidade de transformação do sujeito subalternizado pela colonialidade. Assim, e somente assim, torna-se possível que o homem branco, masculino e heterossexual continue no topo das relações sociais de gênero e de sexualidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A colonialidade de gênero figura como um dos mecanismos mantenedores do status quo colonial. A homofobia, como uma questão de gênero, é uma das formas da colonialidade de gênero processar seu controle sobre os corpos subalternos, afetando a vivência de sexualidade de homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais. Nessa relação, a homofobia se fixa como elemento da subjetividade humana, assumindo o formato do que conhecemos como homofobia internalizada. A colonialidade de gênero encontra na homofobia internalizada uma forma de garantir que as pessoas performem sua identidade sexual a partir da heteronorma, o que reforça a ideia de que homens devem se interessar afetivo-sexualmente por mulheres, e mulheres, por homens. Por fim, a homofobia internalizada é um comportamento multifacetado, para cuja compreensão precisamos levar em considerações aspectos biológicos, ontogenéticos e sociais. Ela é um dispositivo colonial social que afeta a vivência de homens e mulheres homossexuais e heterossexuais.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ADAID, Felipe. (2016). Genealogia da homofobia na modernidade: misoginia e violência. *Bagoas- Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S.l.], 10(14),63/88. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/11446>
- ALENCAR, Gedeon Freire de. (2019). Um país laico com um governo terrivelmente cristão? *Interações*, [S.l.], 14 (25), 13/28. <https://doi.org/10.5752/P.1983-478.2019v14n25p13-28>
- ALMEIDA NETO, Luiz Mello de. (2003). Um olhar sobre a violência contra homossexuais no Brasil. *Revista Gênero*, 4 (1), 33/46. <https://doi.org/10.22409/rg.v4i1.236>
- ALVES, Raquel Ávila Kepler *et al.* (2017). Alterando crenças centrais: um relato de caso de homofobia internalizada. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 13(1), 12/19. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20170004>
- ANDRÊO, Caio. *et al.* (2016). Homofobia na construção das masculinidades egemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 46/67. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812016000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100004)
- ANTÓNIO, Raquel. *et al.* (2012). Bullying homofóbico no contexto escolar em Portugal. *Bullying homofóbico no contexto escolar em Portugal*, 26 (1), 17/32. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.260>
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. (2017). Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. Tese (Doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ANDRADE, Ana Carolina. (2012). Mídia contribui para manter a opressão. *Contraponto. Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo*, 1(76), 3. <https://revistas.pucsp.br/index.php/contraponto/article/view/15043>
- ARIÈS, Philippe. (1981). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC.
- BAKER, Jean M. (2013). How homophobia hurts children: nurturing diversity at home, at school, and in the community. Routledge.
- BALLESTRIN, Luciana. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, (11), 89/117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BARRETO, Wanderson; RIBEIRO, M. R. (2014). Homossexualidade, coerção e homofobia em “orações para Bobby”. *Skinner Vai ao Cinema*, (orgs); Michela Rodrigues Ribeiro e Ana Karina Curado Rangel de Farias; Brasília; Editora Instituto Walden.

- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (2019), Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica.
- BENTO, Berenice. (2012). As famílias que habitam" a família". *Sociedade e cultura*,15 (2), 275/283. <https://revistas.ufg.br/fcs//article/view/22396>
- BLAIS, Martin. *et al.* (2015). Desfechos de Saúde de Jovens de Minorias Sexuais no Canadá: um panorama. *Adolescência e Saúde*, 12(3), 53/73. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-529>
- BORGES, Klecius. (2013), Muito além do arco-íris: amor, sexo e relacionamentos na terapia homoafetiva. São Paulo: Edições GLS.
- BORGES, Klecius. (2009), Terapia afirmativa: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais. São Paulo: Edicoes GLS.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, 16(58), 59/76. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000100005>
- BORRILLO, Daniel. (2015). Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica.
- BOSI, Alfredo; CAPINHA, Graça. (1992). Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das letras.
- CANGUÇU-CAMPINHO, Ana Karina; BASTOS, Ana Cecília de Sousa Bittencourt; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. (2009). O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(4), 1145/1164. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000400013>
- CANO, Wilson. (1996). Notas sobre o imperialismo hoje. *Crítica marxista*, 1(3) 132/135. [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/debate14Debate2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate14Debate2.pdf)
- CANZI, Idir. (2019). Estudo das instituições na experiência jurídico-política das cidades gregas, de Roma e das cidades medievais. *Profanações*, 6(n.esp) 5/26. <https://doi.org/10.24302/prof.v6iEd.%20esp>
- CARRARA, Sérgio; SAGGESE, Gustavo. (2011). Masculinidades, violência e homofobia. Saúde do Homem em Debate, Rio de Janeiro.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. (2004). A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. *Ciudadanía sexual en América Latina: abriendo el debate*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia [s.n], 1/18. <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/2009/05/a-violencia-letal-carrara-e-vianna.pdf>

CARROLL, Aengus; MENDOS, Lucas Ramón. (2017). *Homofobia de Estado: estudio jurídico mundial sobre la orientación sexual en el derecho: criminalización, protección y reconocimiento*. Ginebra: ILGA.

CASTANHO, William Glauber Teodoro. (2013). *Nem sempre foi assim: uma contribuição marxista ao reconhecimento da união homoafetiva no STF e à autorização do casamento lésbico no STJ*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino- americanas*. Buenos Aires: Clacso.

CAVAZZA, Nicoletta. (2008). *Psicologia das atitudes e das opiniões*. Sao Paulo: Edições Loyola.

CECCARELLI, Paulo Roberto. (2012). A invenção da homossexualidade. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*. 2(2), 72/73. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2268>

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; AZEVEDO, Hanna Valença Pereira; RAMOS, Mozer de Miranda. (2020). Preconceito e Saúde Mental: Estresse de Minoria em Jovens Universitários. *Revista de Psicologia da IMED*, 12 (2), 7/21. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3523>

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. et al. (2016). Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Trends in Psychology*, 25(2), 691/702. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v25n2/v25n2a15.pdf>

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. et al. (2016). Homofobia internalizada e satisfação conjugal em homens e mulheres homossexuais. *Contextos Clínicos*. 9 (2), 148/158. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822016000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000200002)

CHAMPLIAU, Renata Bastos dos Santos. (2008). Uma herança comum: efeitos da colonização na África. *Revista Teias*. 9 (17), 90/94. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24031>

CORINO, Luiz Carlos Pinto. (2006). Homoerotismo na Grécia antiga–homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. *Biblos*. (19), 19/24, <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/249>

COSTA, Angelo Brandelli; BANDEIRA, Denise Ruschel; NARDI, Henrique Caetano. (2015). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estudos de Psicologia I Campinas*. 32(2), 163/172. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200002>

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em psicologia*. 23 (3). 715/726. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15>

CRESWELL, John W. (2014), *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso.

DAMETTO, Jarbas; SCHMIDT, Júlia Cristina. (2015). Entre conceitos e preconceitos: a patologização da homossexualidade em psychopathia sexualis de Richard Von Krafft-Ebing. *Erechim: Perspectiva*, [s.n.]. 1/12. <https://pt.scribd.com/document/526076083/148-538>

DAVI, Edmar Henrique Dairell. (2005). Intolerância e homossexualidade: as marcas da homofobia na Cultura Ocidental. *Caderno Espaço Feminino*. 13 (16), 119/137. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/cedoc/revistas/0/volumes-eletronicos/0/1994>

DUSSEL, Enrique. (1993), 1492: O encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”. Rio de Petrópolis: Vozes.

ELIOT, Lise. (2013), *Cérebro azul ou rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação*. Porto Alegre: Penso.

ENGELS, Friedrich. (2012), *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular.

FARIA, Miguel Nuno Pereira Silva (2011) . *Homofobia: medo de quê, medo de quem?: análise dos componentes das atitudes homofóbicas*. Tese (Doutorado em Psicologia na especialidade de Psicologia Social), Universidade Aberta, Lisboa.

FERNANDES, Estevão Rafael. (2016). A colonização das sexualidades indígenas: um esboço interpretativo. *Enfoques*, 15 (1), 50/56. <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/12635>

FERNANDES, Estevão Rafael (2015). *Decolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília.

FERNANDES, Thiago (2014) . Desvendando a homossexualidade na Grécia e Roma Antiga através da pintura e literatura. Tese (Doutorado em Cultura Política Homoerótica), Escola de Belas Artes, Centro de Letras e Artes, Departamento de História e Teoria da Arte, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FIGUEIRA, Mariana Dias (2020). Identidade, Autoestima, Saúde Mental e Vinculação em Pessoas LGBT. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e da Saúde), Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Departamento de Psicologia e Educação, Beira Interior.

GALANO, M. H. ( 2006), Família e história: a história da família. In CERVENY, O. de M. C. (Org.). Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo.

GOMES, Irene Santos; SERÔDIO, Rui Guedes. (2014) A homofobia perspctivada à luz da abordagem da identidade social: Níveis de autodefinição identitária e atitude em relação a pessoas homossexuais. *Análise Psicológica*, 32(2), 215/230. <https://doi.org/10.14417/ap.803>

GREEN, James N. (2018), História do movimento LGBT no Brasil. 4.ed. São Paulo: Alameda.

GROSGOUEL, Ramón. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25/49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

GRUPO GAY DA BAHIA. (2020), Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil-2019. Bahia: Grupo Gay da Bahia.

GUAREZI, Giliani Nandi. (2018). Bullying: conceitos e implicações no processo ensino-aprendizagem. *Pedagogia-Tubarão*, [s.n.], 1/23. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/10046>

HARDIN, Kimeron N. (2000), Auto-estima para homossexuais: um guia para o amor-próprio. São Paulo: Edicoes GLS.

ISAY, Richard A. (1998), Tornar-se gay. São Paulo: Edições GLS.

JESUS, Jaqueline Gomes de. (2015), Homofobia: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2007). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 1 (1), 1/22. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256/1689>

KILOMBA, Grada. (2020), Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

- KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. (2013). Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. *Interacções*, 9 (26), 129/151. <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361>
- LANDER, Edgardo. *et al.* (2005), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- LASAITIS, Cristina (2009). Aspectos afetivos e cognitivos da homofobia no contexto brasileiro: um estudo psicofisiológico. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. (2012). A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. *Diálogos de la Comunicación*. 84, 28/28. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6800096>
- LEONTIEV, Alexei Nicolaevich. (1978), O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro.
- LOURO, Guacira Lopes. (2019), O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- LOURO, Guacira Lopes. (2014), Gênero, sexualidade e educação. 16.ed. Petrópolis: Vozes.
- LOPES, Pablo de Oliveira. (2019). Racismo, homofobia e reprodução de estereótipos: mídia e história. *Brazilian Journal of Development*, 5 (10), 21592/21604. <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/4081/3861>
- LUGONES, María. (2014), Colonialidad y género: hacia un feminismo decolonial. In: MIGNOLO, Walter; LUGONES, María; JIMÉNEZ-LUCENA, Isabel; TLOSTANOVA, Madina. *Género y descolonialidad*. 2.ed. Buenos Aires: Del Signo.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (2020), Pensamentos feministas hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. (2019), Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica.
- MARINHO, Carla de A. *et al.* (2004). Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. *Paidéia*, 14(29), 371/379. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000300012>

- MARQUES, Luciana. (2014). Homossexualidade, cultura e representações sociais: Um breve percurso sobre a história de sua (des) patologização. *Poliantea*, 10 (18), 227/267. <https://go.gale.com/ps/i.do?p=IFME&u=googlescholar&id=GALE|A424990617&v=2.1&it=r&sid=googleScholar&asid=4c9ee381>
- MBEMBE, Achille. (2020), Necropolítica. Melusina.
- MENDANHA, Ana Cláudia Tibães; BERNARDES, Luiz Antonio. (2018). Transtorno de ansiedade social e a não aceitação da homossexualidade: revisão narrativa. *PUCMINAS*, 3(6), 133/52. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18410>
- MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 105/114. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p105> .
- MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: MIGNOLO, Walter. (2005), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas*. Buenos Aires: Clacso.
- MOITA, Gabriela. (2006). A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (76), 53/72. <https://journals.openedition.org/rccs/862>
- MOLINA, Luana Pagano Peres.(2014). A mídia e as imagens de pais de homossexuais: o exemplo da série Glee. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 7 (10), 1/12. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/5374>
- MORAES, Alexandre Gustavo Melo Franco de *et al.* (2017). Sobre a (in) capacidade do direito de lidar com a gramática da diversidade de gênero. *Revista Jurídica da Presidência*, 18 (116), 481/506. <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1465>
- MOTT, Luiz. (2015).Anti-Homossexualidade: a gênese da homofobia. *Revista de Estudos de Cultura*, (2), 15/32. <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/4244> .
- MOURA, Herbert César de; EMÉRITO, Maria de Fátima Barbosa. (2011).A homofobia na escola e as consequências psicossociais. *Revista FSA, Centro Universitário Santo Agostinho*, 8 (1). <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/397>



- NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. (2010). Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, (17), 227/239. <https://www.redalyc.org/pdf/537/53712938014.pdf>
- NATARELLI, Taison Regis Penariol *et al.* (2015). O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *Escola Anna Nery*, 19(4), 664/670. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150089> .
- NIGRO, Isabella Silva; BARACAT, Juliana. (2018). Masculinidade: Preciosa como diamante, frágil como cristal. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia: Olhares da psicologia sobre questões da atualidade*, 30 (1), 4/19. [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/nNirdcsu8KLOcs0\\_2019-3-8-17-21-47.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nNirdcsu8KLOcs0_2019-3-8-17-21-47.pdf)
- OLIVEIRA, L. (2011), Diversidade sexual, gênero e família: notas sobre o problema da superioridade moral da heterossexualidade. In: PASSAMANI, G. (org.). *Contra pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual*. Campo Grande: UFMS.
- OLIVEIRA NETO, José da Silva. *et al.* (2018), Entre o azul e o rosa: Marx como possibilidade na Psicologia Social. In: Lima, Carla Fernande de; et al. *Identidade, contemporaneidade e práticas psicológicas no contexto brasileiro*. Teresina: EDUFPI.
- ORELLANO, Claudia Marcela; GONZÁLEZ, Sergio Gabriel. (2015). Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. *Perspectivas en Psicología*, 12(2), 1/8. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5294238>
- PEREIRA, Henrique; LEAL, Isabel. (2002). A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. *Análise Psicológica*, 20(1), 107/113. <https://doi.org/10.14417/ap.287>
- PEREIRA, Henrique; LEAL, Isabel. (2005). Medindo a homofobia internalizada: a validação de um instrumento. *Análise Psicológica*, 23 (3), 323/328. <https://doi.org/10.14417/ap.96>
- PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia*, 19 (1), 67/76. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/hmnDL9rQSLJyQxfNgmsp9dq/?lang=pt>



PERUCCHI, Juliana; CORRÊA, Carla Gomes. (2013). Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22 (46), 81/99. <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/115>

PINHEIRO, Guilherme Galhardo. (2019). Isso é tão gay! Micro-agressões, homofobia internalizada, stress e mecanismos psicofisiológicos. Dissertação (Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco) Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

PRETES, Érika Aparecida & VIANNA, Túlio. (2008). "História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo". In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia & ABREU, João Francisco (orgs.). Iniciação Científica: destaques 2007 Vol. I. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.

QUIJANO, Anibal. (2000). Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, 15(2), 215/232. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347342/mod\\_resource/content/1/Quijano%20\(2000\)%20Colinality%20of%20power.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347342/mod_resource/content/1/Quijano%20(2000)%20Colinality%20of%20power.pdf)

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. (2018). Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. *Cadernos Pagu*, (53), 1/38. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530015>

ROTHER, Edna Terezinha. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paulista de enfermagem*, 20 (2), v/vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

SAFFIOTI, Heleieth. (2015). Gênero, patriarcado e violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Boaventura de Sousa.( 2019). O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica.

SANTOS, Daniel Kerry dos. (2013). As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. *Revista Epos*, 4(1), 1/25. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v4n1/07.pdf>

SANTOS, Hugo M.; DA SILVA, Sofia Marques; MENEZES, Isabel. (2017). Para uma visão complexa do bullying homofóbico: desocultando o cotidiano da homofobia nas escolas. **Ex æquo**, (36), 117-132. <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2017-12/07-hugo-m.-santos-sofia-marques-da-silva-isabel-menezes.pdf>

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2019). Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: companhia das Letras.
- SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20 (2), 71/99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- SEGATO, Rita Laura. (1998). Identidades políticas/ Alteridades históricas  
Uma crítica a lãs certezas Del pluralismo global. *Anuário Antropológico, Universidade de Brasília*, 22(1), 161/196. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6709>
- SILVA, Jeferson Neri da. *et al* (2018). “Batalha pela (a)normalidade sexual”. A construção das identidades LGBT+ como desviantes: uma análise da (re)patologização da homossexualidade. Dissertação (Graduação em Administração Pública), Universidade Federal de Lavras. <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/40062>
- SILVA, F. P; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. (2018). Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. *Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas*, 12 (1), 68/87. <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>
- SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. *et al*. (2009). Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. *Organizações & Sociedade*, 16(50), 447/461. <https://www.scielo.br/j/osoc/a/nKZhfrspfbWNPHRZRXhZf3D/?format=pdf&lang=pt>
- SOBRINHO, Gilberto Alexandre; CURTOLO, Caio. (2020). Modos de representação do HIV/AIDS no documentário queer nos Estados Unidos (1980/1990). *Revista GEMInIS* . 11 (3), 4/30. <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/568>
- SOUSA, Victor Pereira de. (2018). Desconstruindo a cis-heterossexualidade: uma perspectiva decolonial. *ARTEFACTUM-Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia*, 16 (1), 1/13. <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1605>
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010), *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- SZWARCWALD, Célia Landmann; CASTILHO, Euclides Ayres de. (2011). A epidemia de HIV/AIDS no Brasil: três décadas. *Cadernos de Saúde Pública*, (27), s4/s5. DOI: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7vjBb4W6xQ5LjW9Dp8J6Y5s/?format=pdf&lang=pt>

TAKAKURA, Sandra Mina. (2016). Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. *Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 3(4), 97/124. <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14910>

TRAUMANN, Andrew Patrick; MENDES, Fernanda Celli Correa. (2015). A partilha da África e o holocausto que o mundo não reconheceu. *Relações Internacionais no mundo atual*, 1 (18), 253/274. <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/1238>

TREVISAN, João Silvério. (2018), *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva

UNGER, Roberto Mangabeira. (2018), *Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. (1994), *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. (2008), *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. (2004b), *Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico*. Madrid: Ediciones Akal.

VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. (1996), *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.

WELZER-LANG, Daniel. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460/482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

ZIZEK, Slavoj. (2013), *Coloniality of being and the phenomenon of violence*. In: NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. *Coloniality of power in postcolonial Africa*. African Books Collective.